



Mercado financeiro eleva previsão da inflação para 5,09% este ano

Prejuízo dos Correios quase dobra e vai a R\$ 3,2 bi no 1º trimestre de 2026

Página 4

FMI destaca resiliência da economia brasileira e projeta PIB de 2,5%

Página 8

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite nublada com possibilidade de garoa.

20° C
12° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,03
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 5,05
Venda: 5,23

EURO

Compra: 5,85
Venda: 5,85

Declaração do Imposto de Renda pode passar a ser automática em até três anos



Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Página 3

IRPF 2026 bate recorde com 44,4 milhões de declarações enviadas

Página 8

Vacinação contra a gripe está disponível para toda a população paulista

Página 2

Ações de petróleo, gás e combustível têm movimentação recorde na B3

Página 3

Esporte

MotoGP na Italia, foi festa completa para os italianos

Por Jácio Baldi

O Grande Prêmio da Itália de MotoGP em Mugello, foi uma festa puramente italiana. Nada como os "tifosi" (torcedores italianos) comemorarem o lugar mais alto do pódio com um piloto italiano-Marco Bezzecchi, fazendo dobradinha com Jorge Martin com motos 100% italianas - Aprilia do Grupo italiano Piaggio (lembramos que a mantenedora da Ducati é a Audi alemã). A Ducati chegou em terceiro com Pecco Bagnaia, que por muito pouco não perdeu a posição para outra Aprilia do japonês Ai Ogura.

O grande "perdedor" do final de semana foi Raul Fernandez, que venceu a corrida Sprint no sábado. Largando na segunda posição no grid, na cor-

rida de domingo o espanhol perdeu o ponto de frenagem na primeira curva e caiu para a 16ª posição. Com um ritmo forte o piloto da Aprilia Trackhouse conseguiu recuperar-se e chegar em 8º. Raul ficou arrasado com seu resultado que poderia ter-lhe trazido uma vitória, e com isso manter as esperanças de continuar na categoria em 2027, já que seu futuro ainda está indefinido. "Antes de mais nada, preciso pedir desculpas à equipe", disse Raul Fernandez após a corrida em Mugello. "Foi algo muito estranho, porque desde ontem eu tinha a referência do ponto de frenagem, mas hoje, quando freei e reduzi todas as marchas para chegar à segunda marcha, por algum motivo ela não entrou" explicou.

A Aprilia, que agora tem o patrocínio da Monster energé-

ticos, continua mostrando sua força. O CEO da Aprilia Racing, Massimo Rivola, disse que ele tem dois pilotos super felizes, mas sabe que em algum momento, nessa luta pelo título os ânimos se acirrarão. "Jorge [Martin] tem a grande vantagem de já ter conquistado um campeonato e ter perdido outro. Portanto, ele está mais acostumado a lutar por esse tipo de posição". "Acho que o Jorge está feliz porque percebeu que é rápido, que a moto é rápida e que, mesmo num dia ruim, ele ainda pode subir ao pódio" disse Rivola, que também enfatizou a superação de Marco Bezzecchi, que venceu três provas consecutivas nessa temporada e agora outra em Mugello, totalizando quatro vitórias. "Sempre que Bezzecchi está sob grande pressão - e ele estava sob grande

pressão aqui - ele entrega resultados", afirmou Rivola. "Então, é um bom sinal. É algo que ele pode suportar e, espero que ele consiga ganhar confiança, porque chegará o dia, espero, em que a pressão será altíssima para alcançar outro objetivo, que seria o primeiro título da Aprilia na MotoGP".

No sábado aconteceram as duas provas da Harley Baggers Cup, onde disputa o brasileiro Eric Granado, que aliás teve um final de semana muito bom, conquistando a pole e dois segundos lugares. Quem estreou na categoria nesse final de semana foi o ex-piloto da MotoGP, Andrea Iannone, que obteve vitória na segunda prova. Eric agora está apenas três pontos atrás do líder do campeonato, seu parceiro de equipe Archie McDonald. Vale lembrar que McDonald é um pilo-



Foto: MotoGP

Eric Granado conquistou dois pódios

to australiano num time também australiano, o Joe Rascal Racing. Eric mostrou bastante amadurecimento em Mugello, pensando em pontuar para o campeonato, arriscou quando pode, mas ao ver que seu ritmo não estava tão bom

para atacar, se conteve e levou a moto para o pódio. Segundo Ruben Xaus, responsável pela introdução da categoria na Europa, a potência das motos na categoria foram cortadas, evitando com isso possíveis quebras de motores na longa reta de Mugello. Óleo na pista não seria uma boa coisa para a MotoGP. Ontem aconteceram testes oficiais em Mugello da Baggers Cup, e Granado bateu o recorde da pista com 1:55.835, ficando à frente de Oscar Gutierrez, e McDonald.

Diogo Moreira fez uma excelente prova e terminou em 10º. É o primeiro top ten do brasileiro, que está estreando na categoria. Diogo até ultrapassou Marc Marquez no início da prova, algo que lhe valeu uma foto da ultrapassagem autografada pelo campeão.

Caio Bonfim fica em terceiro em Madrie agora foca no Troféu Brasil

O marchador Caio Bonfim (CASO-DF), vice-campeão olímpico e multimetalista mundial, conquistou a medalha de bronze no V Grand Prêmio Madrie de Marcha Atlética, realizado no domingo (31/5) na capital espanhola, mais uma etapa do Tour Mundial de Marcha Atlética - Ouro (similar a Diamond League para provas de campo e pista). O brasileiro marchou os 10 km e fez o tempo de 39:31. O primeiro coloca-

do foi o italiano Francesco Fortunato (39:15) e o segundo o espanhol Paul McGrath (39:23).

A última prova de Caio havia sido o GP de La Coruña, também na Espanha (terminou em quarto na meia maratona com 1:24:08), no dia 23 de maio. Antes, no dia 8 de maio Caio Bonfim conquistou a medalha de prata na meia maratona de marcha atlética (1:23:40) em Podebrady, República Checa, também prova do Tour Mundial de Marcha Atlética - Ouro.

"Foram boas competições pelo tour mundial, tanto a de La Coruña quanto a de Madrie, na Espanha, porque estamos competindo no altíssimo nível e o Caio está entre esses atletas é sempre muito bom", disse a treinadora Gianetti Sena Bonfim, confessando que o descanso será "entre aspas". "Vamos trabalhar a recuperação e o condicionamento físico e voltar para os treinos porque temos o nosso Troféu Brasil e a gente quer fazer bonito", com-

pletou Gianetti, referindo-se a competição que será realizada de 23 a 26 de julho, em São Paulo.

E antes de seguir para a Europa bateu o recorde brasileiro e sul-americano dos 5.000 m (18:37:35) no 5º Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa de Atletismo 2026 (26/4), em Bragança Paulista (SP).

Tudo isso, claro, após ter aumentado sua coleção de vitórias internacionais conquistando sua quinta medalha em Mundiais em

Brasília (DF) no dia 12 de abril, de bronze na meia maratona de marcha atlética no Campeonato Mundial de Marcha Atlética Caixa por Equipes 26 (1:27:33).

Também estabeleceu o recorde brasileiro para a meia maratona (21:09:7.5 km) em sua primeira competição do ano, prova que estreou na marcha em 2026 e estará no programa dos Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028, em 1:21:44, no dia 15 de fevereiro, em Kobe, no Japão. Na segunda competição da

temporada internacional foi vice-campeão da meia-maratona de marcha atlética do Grand Prix da China, em Taicang, no dia 28 de fevereiro (com 1:23:00).

Começou a temporada em 25 de janeiro conquistando o seu 15º título da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha Atlética em Brasília (DF), estreando na meia maratona, com o tempo de 1:28:00. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Vacinação contra a gripe está disponível para toda a população paulista

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) amplia o acesso à vacinação contra a gripe e passa a disponibilizar o imunizante para toda a população acima de 6 meses de idade nos 645 municípios paulistas. A medida fortalece a proteção contra os vírus influenza e contribui para a prevenção de casos graves e internações, especialmente durante o período de maior circulação de doenças respiratórias.

“Com a ampliação da campanha, queremos facilitar o acesso da população à vacinação e ampliar a proteção coletiva. A adesão dos paulistas é fundamental para reduzir o impacto das doenças respiratórias

e preservar a capacidade de atendimento dos serviços de saúde”, destaca a diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da SES-SP, Tatiana Lang.

Neste ano, o Estado de São Paulo já aplicou mais de 5,6 milhões de doses. A Pasta disponibiliza os dados atualizados de doses aplicadas por meio do Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde, que pode ser conferido no link <https://nics.saude.sp.gov.br/ses/vacinas-doses-aplicadas>.

A SES-SP reforça que os grupos prioritários, formados por gestantes, puérperas, idosos, crianças menores de seis anos de idade e pessoas com

comorbidades ou condições clínicas especiais (como doenças cardiovasculares, obesidade mórbida, diabetes, entre outras), devem se vacinar em quantos antes contra a gripe, pois são mais suscetíveis ao desenvolvimento de formas graves da doença.

Como se prevenir contra os vírus respiratórios?

Além de manter a caderneta vacinal em dia, também é fundamental seguir algumas regras como:

- Higienização frequente das mãos e objetos;
- Mantenha o ambiente arejado;
- Beber bastante água e man-

ter-se hidratado;

Ter uma alimentação saudável e rica em frutas, verduras e legumes;

Reforçar a imunidade; Manter o ambiente domiciliar limpo e livre de poeiras e mofo;

Suplementação de vitaminas e minerais, se necessário.

Dúvidas sobre a vacinação?

O Governo de São Paulo, por meio da SES/SP, criou o portal “Vacina 100 Dúvidas” com as perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A plataforma esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças



Neste ano, o Estado de São Paulo já aplicou mais de 5,6 milhões de doses

imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: <https://www.vacina100dvidas.sp.gov.br> (Governo de SP)

Estado registra queda de 50% nos roubos de celulares em quatro anos



O estado de São Paulo registrou queda expressiva nas ocorrências envolvendo celulares roubados no primeiro quadrimestre de 2026, segundo os dados mais recentes da Secretaria da Segurança Pública. Os casos de aparelhos levados durante assaltos passaram de 35,9 mil para 27,4 mil ocorrências, uma redução de 23,8%, consolidando uma tendência de queda ano a ano. Na comparação com 2022, a queda chegou a 49,5%, quando aconteceram 54,3 mil crimes nos 645

municípios paulistas. Também caiu o número de furtos, que é quando algo é levado sem que a pessoa perceba ou esteja presente. Foram menos 7% casos registrados nos quatro primeiros meses deste ano (49,4 mil casos) que no mesmo período há quatro anos (52,6 mil ocorrências) e 6% de redução em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado (53,3 mil registros) em todas as regiões do estado. Para a SSP, a queda ocorre em meio à intensificação de opera-

ções preventivas da Polícia Militar e de investigações da Polícia Civil, além do avanço do SP Mobile, programa que cruza boletins de ocorrência e dados de operadores para identificar celulares roubados ou furtados reativos. A partir desse monitoramento, usuários são notificados para devolução voluntária, o que contribui para a recuperação de aparelhos e para a redução do mercado de revenda ilegal.

“Os resultados mostram que estamos enfraquecendo o mercado ilegal de celulares roubados e furtados em São Paulo. O SP Mobile usa inteligência e cruzamento de dados para identificar aparelhos reativos, localizar usuários e estimular a devolução voluntária, reduzindo a circulação desses dispositivos e desestimulando a ação criminosa. Por isso é importante registrar os fatos para orientar nossas ações e possibilitar a devolução de telefones recuperados, que passam de 21 mil em menos de um ano”, afirmou o delegado Rodolfo Latiff Sebba, coordenador do programa SP Mobile.

O enfrentamento a esse tipo de crime também envolve reforço do policiamento ostensivo e operações de inteligência conduzidas pelas polícias Militar e Civil em todo o estado. A Polícia Militar intensifica patrulhamento em regiões com maior incidência de roubos de celulares, com equipes a pé, bicicletas, drones e carros, assim como ações especiais em grandes eventos. Já a Polícia Civil atua na identificação e prisão de envolvidos em furtos, roubos e recepção, além de operações voltadas à recuperação de aparelhos e à desarticulação do mercado ilegal.

“Estamos atuando em todas as frentes: prevenção, inteligência, investigação e tecnologia. A redução dos roubos de celulares mostra o resultado do trabalho integrado das forças de segurança para enfraquecer o crime e proteger a população. Temos combatido desde os pequenos furtos, que ocorrem no transporte público, orientando os passageiros, até pessoas que revendem aparelhos roubados em São Paulo aqui e mesmo em outros locais. As operações vão seguir”, disse o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nício Gonçalves. (Governo de SP)

Governo de SP investe R\$ 22 milhões para impulsionar turismo no ABC

Após mais de três décadas de espera, o Governo de São Paulo deu início no domingo (31) à revitalização completa da Praia do Riacho Grande, em São Bernardo, com ações voltadas ao turismo, lazer e desenvolvimento econômico.

O governador Tarcísio de Freitas e o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima, participaram da cerimônia de assinatura da ordem de serviço, com a autorização do início das obras.

Por meio de convênio com o Estado, o projeto do município conta com aporte de R\$ 22 milhões do Governo de São Paulo e R\$ 6 milhões de recursos municipais. A previsão para conclusão das obras é de cerca de 15 meses. “O Riacho Grande tem um potencial turístico gigantesco.



As pessoas estão vindo de vários locais de São Paulo. É um investimento importante em uma revitalização completa. O objetivo é trazer mais gente para cá, essa região será referência”, disse o governador.

A iniciativa tem como foco

transformar o espaço em um moderno complexo turístico, esportivo e náutico, ampliando as opções de convivência, entretenimento e geração de renda para moradores e visitantes.

Entre as melhorias estão a implantação de pet park,

playground, área coberta para eventos e atividades comunitárias, perigolado para convivência, chafariz interativo, quadra de beach tennis, chuveirinho e pontos de hidratação para os frequentadores.

Além disso, o empreendimento contará com complexo náutico, que fortalecerá o turismo do Riacho Grande, criando novas oportunidades para o setor. O projeto contempla pieres especializados para lanchas, motos aquáticas, embarque e desembarque de passageiros, pesca e convivência, além de uma rampa para acesso de embarcações à água. Outro destaque será a implantação de um restaurante flutuante, proporcionando uma experiência diferenciada aos visitantes, com vista privilegiada para a Represa Billings. (Governo de SP)

Estudantes da 3ª série do Ensino Médio da rede estadual de SP têm até o dia 5 de junho para confirmar participação no Enem

Estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio têm até o próximo dia 5 de junho para confirmar a inscrição no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2026. Neste ano, o cadastro para estudantes da rede pública é automático. Para confirmar participação na prova, cada aluno precisa acessar o sistema do Enem e, na Página do Participante, escolher o município onde deseja realizar as provas, escolher a língua estrangeira (entre língua inglesa e espanhola) e, se necessário, solicitar recursos de acessibilidade e tratamento pelo nome social.

As provas do Enem 2026 estão marcadas para os dias 8 e 15 de novembro.

Provão Paulista

Além do Enem, estudantes da rede pública têm no Provão Paulista Seriado mais uma oportunidade de ingresso no ensino superior. Em três edições, o vestibular do Governo do Estado de São Paulo abriu mais de 46 mil vagas na USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) e Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo).

Prepara SP

A plataforma Prepara SP é uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Pau-



As provas do Enem 2026 estão marcadas para os dias 8 e 15 de novembro.

lo (Seduc-SP) focada na preparação gratuita de alunos do Ensino Médio para o Provão Paulista, Enem e outros vestibulares. A ferramenta oferece simulados, trilhas personalizadas, tutor virtual e correções.

No Prepara SP, estão disponíveis aulas com didática exclusiva, com duração entre sete e 15 minutos cada uma. Os conteúdos

da plataforma incluem também resumos e cards e disponibilização digitalmente, a fim de auxiliar o estudante na assimilação e recapitulação do que foi visto em aula. O uso da ferramenta não é obrigatório, mas complementa as aulas do currículo oficial e apoia estudantes na preparação para as provas que dão acesso ao ensino superior. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Majoria de cristãos pré ou pós-protestantes e vereadores(as), estará ligada na marcha pra Jesus SP em 2026. Um dos temas pode ser o terrorismo religioso, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima

PREFEITURA (São Paulo)

Majoria de cristãos católicos, como o prefeito Ricardo Nunes (MDB), estará ligada no corpus christi SP em 2026. Um dos temas pode ser o terrorismo religioso, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Majoria de cristãos pré ou pós-protestantes, deputados(as), estará ligada na marcha pra Jesus 2026 em SP. Um dos temas pode ser o terrorismo religioso, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima

GOVERNO (São Paulo)

Majoria de cristãos católicos, como o governador Tarcísio (Republicanos), estará ligada no corpus christi 2026 em SP. Um dos temas pode ser o terrorismo religioso, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima

CONGRESSO (Brasil)

Majoria de cristãos católicos pré ou pós-protestantes e deputados(as) e senadores(as), estará ligada na marcha pra Jesus 2026 em SP. Um dos temas pode ser o terrorismo religioso, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristãos católicos Lula (PT) e Alckmin (PSB) estarão ligados [tanto no corpus christi como na marcha pra Jesus - ambos em 4 junho 2026]. Segundo a literatura bíblica, Jesus [O Cristo] foi a maior vítima do terrorismo religioso

PARTIDOS (Brasil)

Cristãos católicos(as) e pré ou pós-protestantes, os(as) donos(as) das legendas estarão ligados(as) no corpus christi e na marcha pra Jesus 2026 em SP, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima de terrorismo religioso

JUSTIÇAS (Brasil)

Cristãos católicos(as) e pré ou pós-protestantes nas carreiras jurídicas estarão ligados(as) no corpus christi e na marcha pra Jesus 2026 em SP, porque Jesus [O Cristo] foi a maior vítima de todos os terrorismos religiosos

ANO 34

Na imprensa [Brasil] desde 1993, o jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna [diária] de política. Ela recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “E Deus limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras coisas são passadas” Apocalipse 21.4

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Anos, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado financeiro eleva previsão da inflação para 5,09% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,04% para 5,09% este ano. A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (1^o), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima segunda semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda dentro do teto da meta de inflação.

Para 2027, a projeção da inflação variou de 4,01% para 4,02%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,66% e 3,5%, respectivamente.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificultou o trabalho do Copom.

Em ata, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. No documento, o BC infor-

mou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação.

O próximo encontro do Copom para definir a Selic será nos dias 16 e 17 de junho.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica até o fim de 2026 permaneceu em 13,25% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida para 11,25% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve ficar em 10% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, o que causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a infla-

ção e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim do Banco Central, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano saiu de 1,89% para 1,9%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) permanece em 1,7%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

No primeiro trimestre de 2026, a economia do país cresceu 1,1% na comparação com o último trimestre de 2025. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 2%, de acordo com o IBGE.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária. O resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

No Focus desta semana, a previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,16 para o final deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,25. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Maurício Picazo Galhardo



ETANOL

No mês de abril, a quantidade total de etanol comercializado pelas instalações do Centro-Sul alcançou 2,74 bilhões de litros, sendo 985,68 milhões de litros de etanol anidro e 1,76 bilhão de litros de etanol hidratado. No mercado interno, a média diária de vendas em abril apresentou um aumento de 15,26% em comparação a março, totalizando 1,75 bilhão de litros. Na avaliação quinzenal, a venda do biocombustível por dia útil atingiu 91,2 milhões de litros na segunda quinzena de abril, registrando crescimento de 26,1% ante a comercialização observada no início de março, quando as unidades produtoras entregaram 72,3 milhões de litros por dia.

CTRICULTURA PROCEDIMENTOS

O Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) divulgou a Resolução SAA 32/26, que estabelece novas diretrizes que os agricultores devem seguir para evitar e controlar o Greening, uma doença que representa um risco para a citricultura global. Esta Resolução leva em conta a Portaria do Ministério da Agricultura e Abastecimento, que visa fortalecer a gestão estadual e definir as atribuições que devem ser implementadas pela Defesa Agropecuária.

AGROPECUÁRIA PAULISTA

Em março de 2026, o setor agropecuário paulista registrou uma redução no número de empregos formais e uma diminuição de 2,3% no total de postos de trabalho ativos em relação ao ano anterior, conforme o Relatório Mensal de Acompanhamento dos Empregos Formais, elaborado pelo Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesps), com dados do Novo Caged.

TRIGO/CEPEA

Os preços do trigo continuam a subir continuamente. Pesquisadores do Cepea apontam que essa tendência é impulsionada por uma oferta limitada durante este período de entressafra e pela cautela dos vendedores, em razão dos possíveis efeitos do El Niño no Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, o preço médio por tonelada superou a marca de R\$ 1.300, voltando aos níveis nominais observados em agosto de 2025.

ALFACE/CEPEA

A colheita de alface para a safra de verão 2025/26 está chegando ao fim, com o término esperado para as próximas semanas e a transição para a temporada de inverno de 2026. No entanto, as margens de lucro se tornaram bastante restritas devido à queda nos preços das variedades modernas. Em Ibitiúna (SP), os preços médios para alface crespa e americana nesta temporada 25/26 estão significativamente abaixo dos níveis do ciclo 2024/25.

CEAGESP/57 ANOS

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, conhecida como CEAGESP, é uma entidade pública federal que se relaciona com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ou MDA. Este órgão foi criado em 31 de maio de 1969, a partir da união do Centro Estadual de Abastecimento, ou CEASA, e da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, chamada CAGESP, ambas mantidas pelo governo estadual. Desde 2023, faz parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

COOPERATIVISMO

No dia 29 de abril, a Cooperflora recebeu um grupo de 17 membros da CAISP, a Cooperativa Agrícola do Interior de São Paulo, acompanhados pelo gerente geral Trond Vidar Larsen. Essa visita foi uma imersão focada na troca de saberes e experiências relacionadas à gestão cooperativa e aos modelos de negócios. O encontro foi organizado para demonstrar como a Cooperflora integra seus fundamentos operacionais e estratégicos, desde a criação do negócio até a implementação em diferentes setores.

REDUÇÃO DE CUSTOS

O Brasil tem se consolidado como um dos principais exportadores de frutas no mundo. De acordo com a Abrafutas, o setor gerou mais de US\$ 1,45 bilhão em exportações em 2025, com um volume que superou 1,28 milhão de toneladas enviadas ao exterior, o que representa um crescimento de 12% em relação ao ano anterior. As frutas mais destacadas nesse cenário incluem mangas, melões, uvas, limões e mamões. (Com informações de assessorias e IA)

Maurício Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON

PICAZO



Declaração do IR pode passar a ser automática em até três anos

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que em dois ou três anos não será mais necessário aos contribuintes brasileiros fazer a declaração do Imposto de Renda. A novidade, caso se confirme, se deve às mudanças que vêm sendo implementadas pelo governo federal, no sentido de automatizar procedimentos.

Em março, Durigan já havia acenado com essa possibilidade, após ter demandado à Receita Federal o desenvolvimento de um sistema automatizado capaz de reunir informações financeiras dos contribuintes, o que dispensaria o preenchimento manual da declaração.

Na segunda-feira (1^o), du-

rante entrevista à Rádio CBN, o ministro informou que a mudança deverá ocorrer em dois ou três anos.

“Não é possível que, com todo mundo já tendo declarado no dia a dia suas obrigações para a Receita, nós ainda vamos obrigar o contribuinte a parar, gastar tempo útil da sua vida – seja de trabalho, seja de descanso – para prestar informações que, muitas vezes, a gente já tem”, afirmou.

“Então veja, no ano que vem eu quero aumentar essa desobrigação; esse alívio para as pessoas. Espero que em dois ou três anos todo mundo fique sem [a necessidade de fazer a] declaração de Imposto

de Renda”, acrescentou.

A demanda apresentada pelo ministro à Receita Federal prevê a integração de dados já disponíveis em bases oficiais e privadas, como informações bancárias, registros de empresas e dados de planos de saúde.

Com isso, o contribuinte passaria apenas a revisar e validar os dados apresentados pelo sistema.

O modelo seria uma evolução da declaração pré-preenchida, que tem sido ampliado nos últimos anos e, segundo estimativas do Fisco, deve alcançar cerca de 60% dos contribuintes.

“Como a gente tem um país informatizado, essas informações

vão sendo colocadas no sistema, e a pessoa precisa validar simplesmente”, disse, em março, o ministro da Fazenda.

Mudança gradual

Atualmente, a declaração pré-preenchida já reúne dados como rendimentos, bens, investimentos e deduções. Ainda assim, a Receita Federal orienta os contribuintes a conferirem as informações, já que os dados são fornecidos por terceiros.

A proposta do governo é ampliar gradualmente esse modelo até que o envio manual deixe de ser necessário. (Agência Brasil)

Ações de petróleo, gás e combustível têm movimentação recorde na B3

As ações de petróleo, combustíveis e gás bateram recorde de movimentação financeira em março na B3. O setor movimentou R\$ 133,07 bilhões no mês, o maior volume financeiro registrado no primeiro quadrimestre do ano, superando janeiro (R\$ 68,9 bilhões), fevereiro (R\$ 56,7 bilhões) e abril (R\$ 98,2 bilhões). O balanço do quadrimestre, divulgado na segunda-

feira (1^o), é da B3.

O avanço da movimentação do setor acompanha um período em que o petróleo chegou a operar próximo ou acima de US\$ 100 por barril, influenciado principalmente pela guerra entre Estados Unidos e Irã.

No primeiro quadrimestre do ano, a Petrobras concentrou boa parte do movimento financeiro do setor, no merca-

do brasileiro. O volume de negociações com ações da companhia passou de R\$ 34,6 bilhões em fevereiro para R\$ 85,1 bilhões em março, um aumento de cerca de R\$ 50 bilhões em um único mês.

A movimentação também foi registrada em outras empresas do setor, como a Prio, cuja movimentação cresceu de R\$ 10,4 bilhões em fevereiro para R\$ 30,2 bilhões

em março; e a Vibra, que aumentou de R\$ 5,1 bilhões em fevereiro para R\$ 6,4 bilhões em março.

“O movimento reforça que, em momentos de maior volatilidade externa, investidores tendem a aumentar o giro justamente em setores mais expostos a commodities – seja para aproveitar oportunidades ou ajustar posições”, destaca a B3, em nota. (Agência Brasil)

Petrobras reduz preço do querosene de aviação em 14,2%

A Petrobras anunciou na segunda-feira (1^o) a redução de 14,2% no preço do querosene de aviação (QAV). Essa variação representa diminuição de R\$ 0,93 por litro. Nas refinarias da companhia, o novo preço varia de R\$ 5,48 a R\$ 5,69 por litro.

O preço do QAV é estipulado pela Petrobras mensalmente, sempre no dia 1^o. A queda anunciada nesta segunda-feira é a primeira depois de três aumentos seguidos. Em abril, por exemplo, o reajuste foi de 55%.

O QAV é o combustível derivado do petróleo que abastece aviões e helicópteros. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), o combustível representa 45% dos custos operacionais das companhias aéreas.

Escalada de preço

Desde janeiro deste ano, o QAV sobe 54,5%, o que representa R\$ 1,98 por litro. Os aumentos de abril e maio foram justificados como efeito do conflito no Oriente Médio, que resultou no blo-

queio do Estreito de Ormuz, ligação marítima entre os golfos Pérsico e do Omã, por onde passavam, antes do conflito, cerca de 20% da produção mundial de óleo e gás.

Sobre a redução de junho, a Petrobras explicou que a alteração de preços ao longo “reflete a atenuação do cenário de elevação das cotações internacionais”.

A Petrobras esclarece ainda que a política de preços da empresa segue uma “fórmula paramétrica contratual que funciona como amortecedor de curto prazo, resultando em reajustes mais moderados que os observados no mercado internacional”.

De acordo com a companhia, no mercado internacional os reajustes podem ocorrer até diariamente e, no acumulado do ano, são superiores aos do registrado no Brasil, “indicando que o preço do QAV da Petrobras permanece competitivo”.

Parcelamento mantido

A Petrobras informou que

mesmo com a redução de preços, a companhia manterá a possibilidade de os compradores parcelarem a compra do QAV em seis parcelas mensais. A opção de parcelar o custo foi anunciada juntamente com o reajuste de abril.

“Essa medida contribui para diluir o impacto financeiro ao longo do tempo, favorecendo a adaptação gradual às novas condições de mercado”, explica a empresa.

A estatal afirma que os volumes de QAV solicitados pelas distribuidoras para o mês de junho estão confirmados, sem risco de desabastecimento.

Ajuda do governo

Assim como o óleo diesel, a gasolina e o gás de cozinha, o QAV faz parte de um pacote de medidas do governo para frear o impeto do aumento de preço de derivados do petróleo.

No último sábado (30), o governo anunciou a prorrogação, por mais dois meses, da desoneração do PIS/Cofins, dois tribu-

tos federais incidentes sobre o QAV. O alívio tributário foi criado em abril e vale agora até 31 de julho.

Além disso, companhias aéreas receberão carência para pagamento de tarifas de navegação aérea – devida à Força Aérea Brasileira. Os valores de julho, agosto e setembro só precisarão ser quitados em dezembro.

Cadêcia de comércio

A Petrobras comercializa para as distribuidoras o QAV produzido nas refinarias da empresa ou importado. Uma vez comprado pelas distribuidoras, as empresas transportam o combustível e vendem para companhias de transporte e outros consumidores finais nos aeroportos ou ainda para revendedores.

A estatal tem participação de cerca de 85% da produção do QAV, mas o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras. (Agência Brasil)

Prejuízo dos Correios quase dobra e vai a R\$ 3,2 bi no 1º trimestre de 2026

Pacotão pró-partidos atinge fiscalização da Justiça Eleitoral e pode não valer para 2026

Um pacote com mudanças que beneficiam partidos políticos meses antes do início da campanha eleitoral foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 19 e pode afetar a capacidade de fiscalização da Justiça Eleitoral.

O projeto de lei teve uma tramitação relâmpago e foi votado menos de três horas após a primeira leitura do texto, que terminou com um placar de 367 votos favoráveis contra 86. A proposta segue agora para o Senado.

As benesses incluem afrouxamento das regras para pagamento de multas e diminuição do prazo de prescrição de processos administrativos. Também preveem proibição de bloqueios no fundo partidário e no fundo eleitoral no semestre das eleições e autorização para disparo de mensagens.

Especialistas ouvidos pela Folha apontam que as reformas podem atingir a atuação da Justiça Eleitoral e criticam a suavização das punições. Alguns ponderam que parte da norma consolida entendimento sobre a individualização das punições a diretores municipais, estaduais e nacionais já pacificado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O projeto prevê também que as mudanças passem a valer desde agora nos processos em curso e, retroativamente, em processos já arquivados. Segundo os especialistas, essa vigência pode ser considerada inconstitucional.

Do jeito que está, o PL prevê que as novas regras vigorariam imediatamente, o que pode violar o princípio da anualidade. A regra geral é que as mudanças que atingem diretamente o processo eleitoral valem apenas para eleições que ocorram um ano após o início da vigência da norma.

Embora o projeto não altere a Lei das Eleições, mas apenas a Lei dos Partidos Políticos, algumas regras podem não valer para 2026, afirma Luiz Eduardo Peccinini, advogado eleitoral e doutor pela UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Além disso, as alterações que amenizam as multas, diminuem os prazos prescricionais e extinguem sanções de partidos e que tenham seu fundamento na legislação em curso ou transitados em julgado. Segundo Ricardo Vita Porto, advogado e presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SP, esse ponto merece atenção. Aplicação retroativa de prazos a processos já transitados em julgado pode "tensionar a garantia constitucional da coisa julgada".

As novas regras incluem também uma limitação ao valor da multa e flexibilização nas condições de pagamentos. Antes restritas a 20% do valor questionado, as sanções terão limite absoluto de R\$ 30 mil. Além disso, o prazo de pagamento foi estendido para 180 meses, ou seja, 15 anos.

Segundo a advogada Carla Nicolini, também membro da comissão da OAB-SP, as mudanças ajudam a não comprometer as atividades de diretores partidários regionais em municípios menores. Entretanto, ela pondera sobre a possibilidade de enfraquecimento de mecanismos de controle e fiscalização de recursos que vêm dos cofres públicos.

Se a norma passar a valer, a fusão de partidos geraria suspensão de processos judiciais e administrativos das

legendas anteriores até a nomeação do novo representante. Além disso, o partido criado não estará sujeito a punições aplicadas por irregularidades da prestação de contas.

Segundo Ricardo Vita Porto, como houve incentivo à redução do número de partidos nos últimos anos, muitas das legendas que se fundiram carregaram passivos das siglas anteriores. O projeto permitiria que obrigações financeiras sejam assumidas sem paralisar os partidos por sanções herdadas, diz.

O exame das contas passa a ter um prazo máximo de três anos. Após esse período, os processos serão extintos. As penalidades que incluem bloqueio no fundo partidário ou suspensão do órgão partidário terão prazo máximo de cinco anos. Com o fim desse prazo, essas sanções são prescritas automaticamente.

Há, também, a aprovação tácita de contas não questionadas pela Justiça Eleitoral. O parecer técnico é considerado automaticamente favorável, caso erros ou inconsistências não sejam apontadas no prazo de um ano após o protocolo.

Esse é um dos pontos que merecem atenção, pois "pode transformar a morosidade em benefício", diz Ricardo Vita Porto.

A nova regra veda o bloqueio de repasses dos fundos no semestre das eleições. A medida proíbe suspensões por dividas antigas ou falta de contas, garantindo recursos às siglas durante o pleito.

Como explica Luiz Eduardo Peccinini, a norma já valia desde 2015. O projeto apenas explicita que a vedação também se aplica ao fundo eleitoral e que órgãos partidários não podem ser suspensos nesse período.

Porto afirma que tais bloqueios acontecem, por exemplo, por penhoras em condenações judiciais. Segundo ele, há uma incompreensão sobre a natureza dos partidos, que são tratados como "uma empresa com filiais, quando na verdade cada órgão partidário possui personalidade jurídica, CNPJ e gestão próprios".

Com a regra, partidos podem registrar números de telefone oficiais para o envio de mensagens a eleitores. O uso de bots para contatos cadastrados não configuraria disparo em massa, desde que haja opção de descadastramento e a finalidade seja eleitoral.

Carla Nicolini afirma que o projeto busca diferenciar comunicação partidária institucional de práticas ilícitas de disparo em massa associadas à desinformação eleitoral. "A controvérsia jurídica deverá se concentrar na delimitação entre comunicação partidária legítima e eventual utilização abusiva dessas ferramentas em contexto eleitoral", diz.

Porto afirma que a expressão "disparo em massa" não corresponde ao que o projeto propõe. "O que se cria é um canal oficial, registrado perante a Justiça Eleitoral, para comunicação com eleitores que previamente consentiram em receber mensagens e que podem se descadastrar", diz.

Segundo Peccinini, esse é um exemplo das regras que dizem respeito diretamente ao processo eleitoral e, com base no princípio da anualidade, não devem valer em 2026.

Além disso, o presidente Lula (PT) já afirmou que vai vetar o trecho que permite os disparos em massa de mensagens, caso aprovado pelo Senado. (Folhapress)

Os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 3,16 bilhões no primeiro trimestre de 2026, segundo demonstrações financeiras divulgadas pela empresa estatal. O rombo é quase o dobro do observado em igual período do ano passado, quando o resultado ficou negativo em R\$ 1,7 bilhão.

Em processo de reestruturação, a companhia registrou queda em suas receitas, mas também conseguiu reduzir custos operacionais.

O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento de uma dívida potencial de R\$ 1,06 bilhão decorrente de ações trabalhistas. O impacto havia sido retirado do balanço pela administração anterior da empresa, gerando questionamentos internos e também de órgãos de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União).

O rombo vem após os Correios acumularem um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025, o pior desempenho já registrado pela empresa, que está com as contas no vermelho desde 2022.

Sob novo comando desde o fim de setembro de 2025, quando o presidente Emmanuel Rondon assumiu a presidência dos Correios, a companhia obteve no ano passado um empréstimo de R\$ 12

bilhões com aval da União (que honrará os pagamentos em caso de inadimplência) para tentar regularizar passivos e bancar seu plano de reestruturação, cujo objetivo principal é tornar a empresa sustentável financeiramente no futuro.

O processo de regularização das dívidas acumuladas em períodos anteriores contribuiu para piorar o resultado da empresa. As receitas, por sua vez, ainda não exibiram a melhoria esperada pelo comando da companhia.

Segundo o balanço, a receita bruta de vendas e serviços somou R\$ 4,04 bilhões no primeiro trimestre de 2026, uma queda nominal de 2,2% em relação ao observado de janeiro a março de 2025 (R\$ 4,13 bilhões). A receita líquida, após dedução de impostos e descontos, seguiu a mesma tendência.

Na análise por segmento, houve recuo nominal nas três principais fontes de receitas dos Correios: encomendas, mensagens e postagens internacionais. Juntas, elas representam mais de 90% do faturamento da empresa. Apenas o segmento de outras receitas apresentou alta de 48%, para R\$ 465 milhões.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

tiveram uma queda nominal de 7,6%, passando de R\$ 4,01 bilhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$ 3,7 bilhões em igual período deste ano.

A conta inclui as despesas com pessoal, que tiveram um recuo de 4,1% na mesma comparação (de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 2,7 bilhões), mesmo com o reajuste de 5,1% nos salários acordado com a categoria no ano passado. Segundo a companhia, o PDV (programa de demissão voluntária) implementado em 2024 contribuiu para a redução dos gastos.

Por outro lado, os Correios registraram um aumento significativo nas despesas gerais e administrativas, que incluem provisões para perdas judiciais.

A empresa relatou ter revisado a classificação de ações trabalhistas, o que resultou em acréscimo de R\$ 1,06 bilhão nessa conta. A fatura total relacionada a processos subiu de R\$ 3,6 bilhões no fim de 2025 para R\$ 4,66 bilhões em março deste ano.

"O aumento [...] deve-se à reavaliação dos processos judiciais decorrente da evolução de seus andamentos e da atualização dos entendimentos jurisprudenciais, bem como de ajustes na classificação dos riscos e da atualização das estimativas de de-

semplosos futuros. Esses fatores influenciaram o valor provisionado e a composição das contingências por natureza e nível risco dos processos", diz o balanço.

A inclusão foi feita após uma polêmica em torno do tema. A gestão anterior, de Fabiano Silva dos Santos, revisou o balanço da empresa de 2022 (referente ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro) para incluir uma provisão de R\$ 1 bilhão para pagar indenizações judiciais a funcionários, mas não contemplou o mesmo valor nas demonstrações de 2023, sob a justificativa de que a estatal havia obtido uma vitória no curso da ação.

Tanto o TCU quanto a CGU (Controladoria-Geral da União) contestaram a avaliação dos Correios e recomendaram que a provisão fosse incorporada novamente às demonstrações financeiras. Desde o fim de 2025, técnicos alertam internamente para a necessidade do ajuste, que foi feito só agora, no primeiro trimestre de 2026.

No balanço, a empresa observou também um avanço nas despesas financeiras, que passaram de R\$ 283 milhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$ 985 milhões de janeiro a março de 2026. (Folhapress)

Procuradoria da Fazenda Nacional passa a cobrar dívidas com o FGTS

A partir da segunda-feira (1º), a gestão e a cobrança dos débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inscritos em dívida ativa passarão a ser feitas exclusivamente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Cerca de R\$ 66,8 bilhões, referentes a 500 mil inscrições na dívida ativa do fundo, serão migrados do sistema da Caixa Econômica Federal para a procuradoria.

Atualmente, essa gestão é feita de forma compartilhada entre as duas instituições. A previsão é que a migração esteja completa até o final deste mês.

Para julho, a PGFN já anunciou um edital de transações sobre esses débitos, para que os devedores consigam regularizar a situação com descontos em juros e multas.

A dívida ativa do FGTS é composta pelos valores que deveriam ter sido pagos aos trabalhadores pelo empregador. Se o valor não for pago e nem parcelado, ele é inscrito em dívida ativa.

A consulta, renegociação e emissão de guias de pagamento de débitos em dívida ativa, ajudados ou não, deverão ser feitas exclusivamente pelo Regularize, o portal de serviços da PGFN.

Uma vez recuperados, os valores devidos vão direto para as contas do FGTS dos trabalhadores.

Continuarão sob gestão da Caixa os débitos administrativos - ainda não inscritos em dívida ativa - ou que já possuem parcelamento ativo pelo banco, até a quitação ou rescisão. A emissão do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) também segue sob responsabilidade da instituição.

Individualização

Após a migração, a individualização dos valores, isto é, o detalhamento do valor devido a cada trabalhador, também deverá ser feita diretamente no Regularize.

Os empregadores terão o prazo máximo de 30 dias para fazer a individualização dos débitos, sob pena de não obtenção do CRF e da rescisão da negociação firmada na PGFN.

De acordo com o procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, Theo Lucas Borges, a mudança vai facilitar a transação para quem quer pagar a dívida e será benéfica para quem vai receber.

No médio prazo, segundo Borges, a partir do ano que vem a PGFN vai aumentar a transparência dos créditos inscritos em favor dos trabalhadores, com a possibilidade de consulta individualizada no portal da procuradoria.

"Hoje, o trabalhador tem dificuldade em saber o que tem [a

receber]. Vamos disponibilizar para que qualquer brasileiro veja se tem crédito de FGTS de sua titularidade e que está sendo cobrado pela PGFN", explicou Borges, em coletiva de imprensa nesta segunda-feira.

"E vamos notificar o trabalhador todas as vezes que recuperarmos crédito pertencente a ele", acrescentou o adjunto da PGFN.

Ferramentas

O objetivo da migração é padronizar os procedimentos e a organização dos fluxos de gestão da dívida ativa em uma única instituição, que a partir de agora é a PGFN, que já faz a gestão da dívida ativa da União.

"Com a mesma agilidade e tecnologia que a gente cobra os créditos fazendários, vamos cobrar os créditos fundiários, que pertencem ao trabalhador e estão inscritos na dívida ativa do fundo", disse Borges, ao explicar que a medida não altera o direito do empregado de cobrar seu empregador na Justiça.

"Em qualquer cenário, vamos nos movimentar para fazer a cobrança, receber os valores e repassar para o empregado. Ele pode ir à Justiça, mas a PGFN tem uma quantidade de mecanismos de cobrança que a pessoa física não tem", reforçou.

Segundo Borges, são mais de 30 formas de cobrança utilizadas

para a dívida ativa da União e que, agora, serão utilizadas para cobrança da dívida ativa do FGTS, como protesto, penhora de bens e proibição de contratação com o poder público.

Em 2025, a PGFN recuperou R\$ 66,1 bilhões em dívida ativa, sendo R\$ 1,9 bilhão de dívida ativa do FGTS. Neste ano, considerando apenas janeiro e fevereiro, já foram recuperados R\$ 142 milhões para os trabalhadores.

FGTS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

No início de cada mês, os empregadores depositam em contas abertas na Caixa, em nome do trabalhador, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário.

Além do saque em caso de demissão sem justa causa, o saldo do FGTS pode ser utilizado na aposentadoria, doenças graves e aquisição da casa própria.

Parte do dinheiro depositado no fundo também é utilizado para investimentos em políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura do país. (Agência Brasil)

Alzenir Porto é eleita presidente da FENAJU por aclamação

A presidente da Junta Comercial do Estado do Piauí (Jucepi), Alzenir Porto, foi eleita por aclamação, na manhã de segunda-feira (1º), presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais (FENAJU).

Advogada, empresária e gestora pública, Alzenir possui ampla trajetória na entidade, tendo exercido anteriormente dois mandatos à frente da Federação, além de já ter ocupado o cargo de vice-presidente da FENAJU.

A frente da Jucepi, tomou-se a primeira mulher a assumir a presidência da instituição em seus 130 anos de história. Durante sua gestão, liderou importantes iniciativas de modernização e transformação digital, ampliando a eficiência dos serviços prestados aos empreendedores e à sociedade piauiense.

A eleição por aclamação de-

monstra o reconhecimento de sua liderança, experiência e capacidade de articulação junto às Juntas Comerciais de todo o país.

A nova diretoria da FENAJU ficou assim constituída:

- * Presidente: Maria Alzenir Porto da Costa
- * Vice-Presidente: Euclides Barbo Siqueira
- * Secretária-Geral: Nayara Siqueira Brito
- * Diretora Administrativa e Financeira: Gegrória Benário Lins Silva
- * Diretor Institucional: Alexandre Pereira Velloso
- * Vice-Presidente da Região Norte: Clébio Billiany de Mattos
- * Vice-Presidente da Região Nordeste: Sérgio Silva Sombra
- * Vice-Presidente da Região Centro-Oeste: Raquel Otília de Carvalho
- * Vice-Presidente da Região Sudeste: Paulo Alfonso Meneguelli
- * Vice-Presidente da Região Sul:



Maria Alzenir Porto da Costa

Marcos Sebastião Rigoni de Mello Conselho Fiscal:
* Nayara Maria Honorato Souza do Nascimento
* Vicente Ricarte Bezerra Neto
* Thiago Braga Calheiros Peixoto
A nova gestão assume o

compromisso de fortalecer a integração entre as Juntas Comerciais brasileiras, promovendo ações voltadas à modernização, à desburocratização e à melhoria do ambiente de negócios no país.

CAPITAL

WNT Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ/MF nº 45.854.066/0001-87

Demonstrações Financeiras 2025

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DE JD. SÃO LUIS

OFICIAL - DRº EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Fa saber que pretendem se casar e apresentar os documentos exigidos por lei:

LUIS FERNANDO ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO em 23/03/1997, filho natural de BRAGAÇA - SE, RESIDENTE e DOMICILIADO em SÃO PAULO - SP, FILHO DE CLAUDSON CRUZ DE AZEVEDO e de LUIS MARCELA SANTOS DE ALBUQUERQUE e JULIANA SILVA SANTOS, BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA em 08/04/1991, DO LAR NATURAL de SÃO PAULO - SP, RESIDENTE e DOMICILIADA em SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANDRÉ WILSON DOS SANTOS e de ANA LUCIA BENTO DA SILVA SANTOS.

ALEXANDRE BASTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO em 15/09/1986, TÁXITA, NATURAL de LUZIÂNIA - PI, RESIDENTE e DOMICILIADO em SÃO PAULO - SP, FILHO DE MARCELO JOSÉ DE SAUSSE e ROSA ROBERTA ROCHA DE SAUSSE, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA em 26/08/1987, DO LAR NATURAL de SÃO PAULO - SP, FILHA DE RICARDO RODRIGUES DO PRADO e de MARLENE CRISTINA DOS REIS PRADO.

PABLO ALESSANDRO MENDES PEDRINI, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO em 26/01/1985, filho natural de PAULO ROBERTO DE SAO PAULO - SP, RESIDENTE e DOMICILIADO em SÃO PAULO - SP, FILHO DE ACHAOR PEDRINI DE CARVALHO e ROSA RITA DE RIZZI NONATO CAVALANTE, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA em 21/10/1996, VENCEDORA, NATURAL de GUARULHOS - SP, RESIDENTE e DOMICILIADA em SÃO PAULO - SP, FILHA DE GUILHERME DE SA CAVALANTE e de NOEMI PEREIRA NONATO CAVALANTE.

WANDERSON ANDRÉ SERRA, BRASILEIRO, NATURAL de IPATINGA - MG, RESIDENTE e DOMICILIADO em SÃO PAULO - SP, FILHO DE CARLOS WANDERSON DE SAUSSE e ROSA RITA DE RIZZI NONATO CAVALANTE, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA em 25/10/1990, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NATURAL de SÃO PAULO - SP, FILHA DE CARLOS WANDERSON DE SAUSSE e ROSA RITA DE RIZZI NONATO CAVALANTE.

Se algum dos supracitados não estiver em cartório.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atas e Balanços Consolidados em moeda de Real - Exercício 2025

Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025
Circulante	5.402	Fiscas e tributadas	9.358
Instrumentos Financeiros	11.256	Operações com IVM	10.322
Ativos não classificados	1.077	Operações com IVM	5.800
Títulos e valores mobiliários	5.107	Total do passivo circulante	25.480
Outros ativos	454	Reserva Legal	11.1
Quotas controladas	61	Reserva de Lucros	11.1
Despesas passivas antecipadamente	7	Total do patrimônio líquido	11.188
Total do ativo circulante	17.122	Total do patrimônio líquido	11.188
Não circulante	4.487	Total do passivo e patrimônio líquido	36.668
Imobilizado	37		
Ativos não classificados	4.450		
Total do ativo não circulante	4.517		
Total do ativo	21.639		

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO FIMOS EM 31/12/2025

Saldo em 1º de janeiro de 2025	Aditamento por fatos administrativos de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados
4.000	11,0	186	186	1.487
4.011	11,0	186	186	1.487
4.022	11,0	186	186	1.487
4.033	11,0	186	186	1.487
4.044	11,0	186	186	1.487
4.055	11,0	186	186	1.487
4.066	11,0	186	186	1.487
4.077	11,0	186	186	1.487
4.088	11,0	186	186	1.487
4.099	11,0	186	186	1.487
4.110	11,0	186	186	1.487
4.121	11,0	186	186	1.487
4.132	11,0	186	186	1.487
4.143	11,0	186	186	1.487
4.154	11,0	186	186	1.487
4.165	11,0	186	186	1.487
4.176	11,0	186	186	1.487
4.187	11,0	186	186	1.487
4.198	11,0	186	186	1.487
4.209	11,0	186	186	1.487
4.220	11,0	186	186	1.487
4.231	11,0	186	186	1.487
4.242	11,0	186	186	1.487
4.253	11,0	186	186	1.487
4.264	11,0	186	186	1.487
4.275	11,0	186	186	1.487
4.286	11,0	186	186	1.487
4.297	11,0	186	186	1.487
4.308	11,0	186	186	1.487
4.319	11,0	186	186	1.487
4.330	11,0	186	186	1.487
4.341	11,0	186	186	1.487
4.352	11,0	186	186	1.487
4.363	11,0	186	186	1.487
4.374	11,0	186	186	1.487
4.385	11,0	186	186	1.487
4.396	11,0	186	186	1.487
4.407	11,0	186	186	1.487
4.418	11,0	186	186	1.487
4.429	11,0	186	186	1.487
4.440	11,0	186	186	1.487
4.451	11,0	186	186	1.487
4.462	11,0	186	186	1.487
4.473	11,0	186	186	1.487
4.484	11,0	186	186	1.487
4.495	11,0	186	186	1.487
4.506	11,0	186	186	1.487
4.517	11,0	186	186	1.487
4.528	11,0	186	186	1.487
4.539	11,0	186	186	1.487
4.550	11,0	186	186	1.487
4.561	11,0	186	186	1.487
4.572	11,0	186	186	1.487
4.583	11,0	186	186	1.487
4.594	11,0	186	186	1.487
4.605	11,0	186	186	1.487
4.616	11,0	186	186	1.487
4.627	11,0	186	186	1.487
4.638	11,0	186	186	1.487
4.649	11,0	186	186	1.487
4.660	11,0	186	186	1.487
4.671	11,0	186	186	1.487
4.682	11,0	186	186	1.487
4.693	11,0	186	186	1.487
4.704	11,0	186	186	1.487
4.715	11,0	186	186	1.487
4.726	11,0	186	186	1.487
4.737	11,0	186	186	1.487
4.748	11,0	186	186	1.487
4.759	11,0	186	186	1.487
4.770	11,0	186	186	1.487
4.781	11,0	186	186	1.487
4.792	11,0	186	186	1.487
4.803	11,0	186	186	1.487
4.814	11,0	186	186	1.487
4.825	11,0	186	186	1.487
4.836	11,0	186	186	1.487
4.847	11,0	186	186	1.487
4.858	11,0	186	186	1.487
4.869	11,0	186	186	1.487
4.880	11,0	186	186	1.487
4.891	11,0	186	186	1.487
4.902	11,0	186	186	1.487
4.913	11,0	186	186	1.487
4.924	11,0	186	186	1.487
4.935	11,0	186	186	1.487
4.946	11,0	186	186	1.487
4.957	11,0	186	186	1.487
4.968	11,0	186	186	1.487
4.979	11,0	186	186	1.487
4.990	11,0	186	186	1.487
5.001	11,0	186	186	1.487
5.012	11,0	186	186	1.487
5.023	11,0	186	186	1.487
5.034	11,0	186	186	1.487
5.045	11,0	186	186	1.487
5.056	11,0	186	186	1.487
5.067	11,0	186	186	1.487
5.078	11,0	186	186	1.487
5.089	11,0	186	186	1.487
5.100	11,0	186	186	1.487
5.111	11,0	186	186	1.487
5.122	11,0	186	186	1.487
5.133	11,0	186	186	1.487
5.144	11,0	186	186	1.487
5.155	11,0	186	186	1.487
5.166	11,0	186	186	1.487
5.177	11,0	186	186	1.487
5.188	11,0	186	186	1.487
5.199	11,0	186	186	1.487
5.210	11,0	186	186	1.487
5.221	11,0	186	186	1.487
5.232	11,0	186	186	1.487
5.243	11,0	186	186	1.487
5.254	11,0	186	186	1.487
5.265	11,0	186	186	1.487
5.276	11,0	186	186	1.487
5.287	11,0	186	186	1.487
5.298	11,0	186	186	1.487
5.309	11,0	186	186	1.487
5.320	11,0	186	186	1.487
5.331	11,0	186	186	1.487
5.342	11,0	186	186	1.487
5.353	11,0	186	186	1.487
5.364	11,0	186	186	1.487
5.375	11,0	186	186	1.487
5.386	11,0	186	186	1.487
5.397	11,0	186	186	1.487
5.408	11,0	186	186	1.487
5.419	11,0	186	186	1.487
5.430	11,0	186	186	1.487
5.441	11,0	186	186	1.487
5.452	11,0	186	186	1.487
5.463	11,0	186	186	1.487
5.474	11,0	186	186	1.487
5.485	11,0	186	186	1.487
5.496	11,0	186	186	1.487
5.507	11,0	186	186	1.487
5.518	11,0	186	186	1.487
5.529	11,0	186	186	1.487
5.540	11,0	186	186	1.487
5.551	11,0	186	186	1.487
5.562	11,0	186	186	1.487
5.573	11,0	186	186	1.487
5.584	11,0	186	186	1.487
5.595	11,0	186	186	1.487
5.606	11,0	186	186	1.487
5.617	11,0	186	186	1.487
5.628	11,0	186	186	1.487
5.639	11,0	186	186	1.487
5.650	11,0	186	186	1.487
5.661	11,0	186	186	1.487
5.672	11,0	186	186	1.487
5.683	11,0	186	186	1.487
5.694	11,0	186	186	1.487
5.705	11,0	186	186	1.487
5.716	11,0	186	186	1.487
5.727	11,0	186	186	1.487
5.738	11,0	186	186	1.487
5.749	11,0	186	186	1.487
5.760	11,0	186	186	1.487
5.771	11,0	186	186	1.487
5.782	11,0	186	186	1.487
5.793	11,0	186	186	1.487
5.804	11,0	186	186	1.487
5.815	11,0	186	186	1.487
5.826	11,0	186	186	1.487
5.837	11,0	186	186	1.487
5.848	11,0	186	186	1.487
5.859	11,0	186	186	1.487
5.870	11,0	186	186	1.487
5.881	11,0	186	186	1.487
5.892	11,0	186	186	1.487
5.903	11,0	186	186	1.487
5.914	11,0	186	186	1.487
5.925	11,0	186	186	1.487
5.936	11,0	186	186	1.487
5.947	11,0	186	186	1.487
5.958	11,0	186	186	1.487
5.969	11,0	186	186	1.487
5.980	11,0	186	186	1.487
5.991	11,0	186	186	1.487
6.002	11,0	186	186	1.487
6.013	11,0	186	186	1.487
6.024	11,0	186	186	1.487
6.035	11,0	186	186	1.487
6.046	11,0	186	186	1.487
6.057	11,0	186	186	1.487
6.068	11,0	186	186	1.487
6.079	11,0	186	186	1.487
6.090	11,0	186	186	1.487
6.101	11,0	186	186	1.487
6.112	11,0	186	186	1.487
6.123	11,0	186	186	1.487
6.134	11,0	186	186	1.487
6.145	11,0	186	186	1.487
6.156	11,0	186	186	1.487
6.167	11,0	186	186	1.487
6.178	11,0	186	186	1.487
6.189	11,0	186	186	1.487
6.200	11,0	186	186	1.487
6.211	11,0	186	186	1.487
6.222	11,0	186	186	1.487
6.233	11,0	186	186	1.487
6.244	11,0	186	186	1.487
6.255	11,0	186	186	1.487
6.266	11,0	186	186	1.487
6.277	11,0	186		

IRPF 2026 bate recorde com 44,4 milhões de declarações enviadas

Governo publica lei que cria Universidade Federal Indígena



Povos tradicionais de todo o país passam a contar com a Universidade Federal Indígena (Unind). De acordo com a Lei nº 15.418/2026, publicada no Diário Oficial da União, a nova instituição será vinculada ao Ministério da Educação e terá sede em Brasília.

As atividades devem começar em 2027, e a expectativa é atender até 2,8 mil estudantes em quatro anos. O texto foi sancionado nessa quinta-feira (28) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Pioneira no país, a instituição deverá atuar em diálogo com saberes tradicionais, além de incentivar o desenvolvimento de tecnologias adequadas aos contextos sociais e ambientais das comunidades indígenas.

Entre as diretrizes institucionais estão a promoção da sustentabilidade socioambiental e a valorização das culturas, histórias e línguas indígenas do Brasil e da América Latina.

Processo seletivo

A Legislação estabelece que a Unind poderá adotar processos seletivos próprios.

Os dados divulgados pela Receita mostram também um avanço expressivo na digitalização do processo de declaração, impulsionado principalmente pela declaração pré-preenchida e pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Pré-preenchida avança

A declaração pré-preenchida alcançou em 2026 o maior nível de adesão da série histórica. O modelo foi utilizado em 59,8% das declarações entregues, consolidando-se como a principal ferramenta para simplificar o preenchimento do documento.

Apesar da praticidade, a Receita alerta que os contribuintes devem revisar todas as informações antes do envio. Segundo o Fisco, os dados inseridos na declaração são fornecidos por terceiros, que também podem cometer erros.

Mais canais digitais

Outro destaque da campanha foi o crescimento do uso do Meu Imposto de Renda (MIR), sistema disponível por aplicativo e internet.

Em 2026, a ferramenta respondeu por 22% das declarações transmitidas, o maior percentual já registrado. Ainda assim, o Programa Gerador da Declaração (PGD), instalado no computador, permaneceu como principal canal de entrega, concentrando 78% dos envios.

A Receita avalia que os núme-



ros refletem uma mudança gradual no comportamento dos contribuintes, que têm migrado cada vez mais para plataformas digitais.

Restituições aceleradas

Uma das principais novidades deste ano foi a redução do calendário de restituições. Em vez de cinco lotes, como ocorria tradicionalmente, os pagamentos serão feitos em quatro etapas.

A mudança permitirá que os contribuintes recebam os valores em um prazo menor. Cerca de 56% das declarações entregues têm direito à restituição.

O primeiro lote, pago em 29 de maio, somou R\$ 16 bilhões, o maior valor já liberado pela Receita Federal em uma única rodada de pagamentos. O crédito beneficiou quase 9 milhões de contribuintes.

A expectativa do órgão é que, com o segundo lote, previsto para 30 de junho, cerca de 80% dos contribuintes com direito à restituição já tenham recebido os valores. Os pagamentos restan-

tes estão programados para 31 de julho e 31 de agosto.

Prazo encerrado

Quem perdeu o prazo de entrega ainda deve enviar a declaração o mais rápido possível pelos canais disponibilizados pela Receita Federal.

Outro aspecto relevante é o R\$ 165,74, podendo aumentar conforme o tempo de demora e o imposto devido. Além disso, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do contribuinte pode ficar com status de "pendente de regularização", o que pode dificultar operações como abertura de empresas e acesso a determinados serviços financeiros.

Destinações sociais

As doações feitas diretamente na declaração para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e para os Fundos da Pessoa Idosa totalizaram R\$ 419,6 milhões em 2026.

O valor supera os R\$ 394,6 milhões registrados no ano pas-

sado e demonstra a consolidação do mecanismo, que permite ao contribuinte direcionar parte do imposto devido para projetos sociais.

Apesar do crescimento, a Receita estima que o potencial de destinação seja muito maior, chegando a aproximadamente R\$ 16,7 bilhões. Isso significa que ainda existe amplo espaço para que mais contribuintes utilizem essa possibilidade.

Balanco da campanha

Para a Receita Federal, os resultados do IRPF 2026 confirmam a expansão dos serviços digitais e a consolidação da declaração pré-preenchida como principal ferramenta de apoio aos contribuintes.

O recorde de declarações entregues e o aumento da adesão às plataformas digitais indicam maior familiaridade dos brasileiros com os sistemas eletrônicos, além da simplificação do cumprimento das obrigações tributárias. (Agência Brasil)

FMI destaca resiliência da economia brasileira e projeta PIB de 2,5%

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, na segunda-feira (1º), uma nota na qual elogia a "notável resiliência" da economia brasileira diante dos "múltiplos choques" que têm ocorrido em um contexto de pressões externas e internas pelas quais passa o país.

Segundo a entidade, o Brasil está "relativamente protegido" dos aumentos globais de preços do petróleo decorrentes da guerra no Oriente Médio.

A constatação leva em conta a condição do país enquanto exportador de petróleo e a alta participação de fontes de energia renováveis na geração de eletricidade.

As manifestações foram divulgadas após o encerramento, na sexta-feira (29), da missão anual que fez ao Brasil.

Segundo o chefe da missão, Daniel Leigh, os indicadores "apontam para uma recuperação econômica no início de 2026", o que deve levar o país a um "fortalecimento gradual do crescimento para cerca de 2,5% no médio prazo".

Apesar da avaliação positiva, o FMI alerta para riscos no cenário internacional.

"Os riscos para as perspectivas de crescimento estão inclinados para o lado negativo, incluindo a deterioração das tensões geopolíticas e o aperto das condições financeiras", alerta Leigh.

Ainda assim, a instituição reconhece que o país conta com pilares importantes de sustentação. "Os sólidos marcos políticos do Brasil, o sistema financeiro robusto, as reservas adequadas e o regime cambial flexível continuam a sustentar a resiliência".

O FMI considera adequada a redução recente dos juros, mas defende cautela diante das pressões inflacionárias. Também recomenda manter e ampliar o esforço fiscal para garantir a sustentabilidade da dívida e abrir espaço para investimentos.

Segundo a entidade, as reformas estruturais e a agenda ambiental devem impulsionar o crescimento mais forte e inclusivo a

médio prazo.

Na avaliação do FMI, o Banco Central reduziu de forma adequada as taxas de juros nos meses de março e abril, em consonância com o regime de metas inflacionárias.

"Manter a flexibilidade em futuras medidas de política monetária é justificado, dada a elevada incerteza e as novas pressões inflacionárias decorrentes dos altos preços globais da energia", acrescentou o FMI ao defender que os esforços das autoridades brasileiras para fortalecer a situação fiscal devem continuar.

"Preservar as receitas extraordinárias provenientes do petróleo fortalecerá a sustentabilidade da dívida pública, reduzirá os custos de empréstimo e criará espaço para investimentos prioritários", diz o documento.

O reconhecimento do FMI à resiliência da economia brasileira foi comentado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. Durante a reunião de encerramento da missão anual do FMI

no Brasil, o ministro reafirmou que a principal meta é alcançar crescimento anual sustentável de pelo menos 4%.

Segundo ele, o resultado será impulsionado pelo aumento significativo da produtividade.

Durigan defendeu a continuidade das ações do governo no sentido de dar eficiência ao Estado, "com liderança política capaz de conduzir discussões sérias com a sociedade sobre os desafios econômicos do Brasil e de avançar na agenda de crescimento justo e sustentável".

Ainda de acordo com o ministro, o diálogo com o FMI contribui para apoiar os esforços na gestão macroeconômica, que visam ao equilíbrio da dívida e ao controle da inflação, com o fortalecimento de programas sociais e da proteção ambiental.

Ele reforçou o compromisso fiscal, mesmo diante dos choques externos, como forma de garantir a manutenção da neutralidade fiscal das medidas para mitigar o impacto da crise. (Agência Brasil)

Governo paga R\$ 12 mil a projetos para jovens em áreas vulneráveis



O governo federal abriu inscrições, até o dia 9 de junho, destinadas a projetos voltados para a Plataforma Juventude Solidária. A iniciativa busca ações de promoção da cidadania em territórios vulneráveis.

A ideia é promover trabalhos com jovens de 16 a 29 anos. Os projetos selecionados receberão custeio para despesas necessárias à execução das atividades, no valor de até R\$ 12 mil.

Os pagamentos vão ocorrer em seis parcelas mensais de R\$ 2 mil. Os coordenadores dos projetos também terão bolsa de até R\$ 12 mil (pagos em seis vezes). As inscrições de organizações e entidades proponentes podem ser realizadas na plataforma oficial integrada ao Brasil Participativo e ao Gov.br.

Representantes de organizações da sociedade civil, com ou sem CNPJ, além de órgãos públicos e equipamentos públicos que tenham projetos relacionados a políticas sociais e interesse em receber jovens voluntários podem fazer a inscrição.

A iniciativa é da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

De acordo com o governo federal, em uma segunda etapa, a plataforma receberá inscrição de jovens. O edital prevê ajuda de custo mensal para até cinco voluntários por projeto, desde que esses participantes estejam cadastrados no ID Jovem e atendam aos critérios estabelecidos.

Conforme a nota do governo, a secretaria Nacional de Juventude, Vitória Genuino, enfatizou que a iniciativa busca fortalecer projetos já desenvolvidos nos territórios e ampliar a participação juvenil em ações de impacto social.

"Queremos fortalecer iniciativas que já fazem a diferença nos territórios e ampliar as oportunidades para que mais jovens participem ativamente da construção de soluções para suas comunidades", afirmou. (Agência Brasil)

Os filhos e dependentes de mulheres vítimas de feminicídio têm direito, a pensão especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A norma regulamenta a concessão do benefício no valor de um salário-mínimo.

De acordo com a norma, têm direito à pensão os menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo.

Além dos filhos biológicos, poderão receber o benefício enteado, menores sob guarda e tutelados que comprovem dependência econômica em relação à vítima.



A solicitação pode ser feita pelo site ou aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135. O solicitante da pensão especial deve apresentar o documento pessoal de identificação oficial com foto da criança ou do adolescente ou, na impossibilidade deste, a certidão de nascimento.

Para os filhos menores de idade

de nesta situação deve ser apresentado um dos seguintes documentos que relacionem o fato a um feminicídio:

• auto de prisão em flagrante; denúncia, conclusão do inquérito policial; ou decisão judicial.

Se a pensão for devida a um dependente da mulher vítima de feminicídio, deverá ser apresentado o termo de guarda ou de tutela provisória ou definitiva.

Requerimento

O requerimento da pensão especial deve ser feito pelo representante legal dos filhos e dependentes da vítima do crime. Porém, é vedado que as crianças e adolescentes sejam representadas pelo autor, coautor ou participante do crime de feminicídio tanto para requerer quanto para administrar o benefício mensal.

O pagamento da pensão especial será devido a partir da data do requerimento. Portanto, não tem efeito financeiro retroativo à data de morte da vítima. (Agência Brasil)